



em DOSSIÊ

INVESTIGAÇÃO

FUGA AO FISCO

FRAUDE

RESTAURANTES

DESVIAM ATÉ 70% DA FATURAÇÃO

SÓNIA TRIGUEIRÃO

Há restaurantes que conseguem esconder às Finanças até 70 por cento da sua faturação, levando o Estado em muitos milhões de euros por ano.

Em causa está a utilização de programas informáticos ilegais que permitem alterar os valores das faturas ou, até, eliminá-las. Apesar das alte-

rações sucessivas às leis, estes programas parecem estar sempre um passo à frente das autoridades. Em 2014, a Autoridade Tributária (AT) retirou a licença ao programa de faturação IECR "por existirem fundados indícios de utilização fraudulenta de uma versão adulterada daquele programa certificado".

O programa tinha uma fun-

ção que colocava as faturas em suspenso. Bastava carregar num botão verde e, ao fi-

PROGRAMA INFORMÁTICO ILEGAL ELIMINA FATURAS

nal do dia, os documentos desapareciam. Atualmente, o CM sabe que existem, pelo menos, três programas infor-

máticos instalados em vários restaurantes, bares e discotecas de norte a sul do País que finta a máquina fiscal.

Porém, no mesmo momento em que o Governo anunciou a descida do IVA na restauração, dos 23 para os 13 por cento, a AT apertou o cerco à evasão fiscal neste setor. No final do mês de janeiro, inspetores do Fisco,

em conjunto com elementos da Polícia Judiciária (PJ) e do Ministério Público (MP), fizeram buscas a 20 locais, 18 dos quais eram restaurantes.

As autoridades sabem que existe um novo programa que permite eliminar faturas da base de dados sem deixar rasto. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO da manhã



ID: 63116660

13-02-2016

DOSSIÊ DE INVESTIGAÇÃO FUGA AO FISCO

FRAUDE INFORMÁTICA

Três programas estão sob

SOFTWARES Autoridades estão de olho em três marcas que, apesar de estarem certificadas pela Autoridade Tributária, possibilitam práticas ilegais. **PREJUÍZO** Fisco estima que o Estado perca cerca de 800 milhões de euros por ano com fraude informática nos estabelecimentos.

SÓNIA TRIGUEIRÃO

Com a fuga ao Fisco por parte dos restaurantes, bares e discotecas, os cofres do Estado perdem, segundo estimativas da própria Autoridade Tributária (AT), cerca de 800 milhões de euros por ano.

Existem vários programas informáticos que permitem esta fraude, mas as autoridades estão, sobretudo, de olho em três. Ao CM, a AT confirmou que tem diversas investigações em curso relativas a softwares certificados que apresentam indícios de possibilitarem práticas fraudulentas. O próprio Ministério Público (MP) também confirmou que tem inquéritos abertos, nomeadamente a um desses softwares que tem uma das maiores quotas no mercado, bem como à empresa que o produz.

Os três mais desta fuga ao Fisco

O CM foi saber como funcionam os três mais desta fuga ao Fisco. Um destes programas faz um cálculo dos valores e reduz o montante total da fatura. Outro utiliza a consulta de mesa não certificada: quando o empregado vai à mesa, leva uma fatura pró-forma, que não é certificada, e se o cliente não solicitar a colocação do seu número de contribuinte, esta será simplesmente eliminada.

Já o verdadeiro 'Ferrari' destes programas informáticos tem tido algumas evoluções curiosas. É produzido por uma das empresas com mais quota de mercado. Começou em 2006, com um programa que corria quando se ligava um dispositivo ao computador que eliminava uma percentagem das vendas no final do dia.

A lei foi alterada e, a partir daí, foi criada a certificação de software. Ou seja, os estabelecimentos só podiam utilizar programas certificados pela AT.

Porém, a lei tinha uma lacuna e

permitia que os estabelecimentos voltassem a passar de um sistema informático para uma caixa registadora normal. Chegaram a ser vendidas por 2500 euros. A AT voltou, então, a alterar a lei e a proibir as caixas registadoras, mas deixou uma abertura para que os comerciantes pudessem usar software próprio - o dono de um estabelecimento podia, por exemplo, pagar a uma empresa para lhe criar um programa, que a lei dizia que não necessitava de ser certificado pela AT. Estes programas chegaram a ser vendi-

EMPRESA SOB SUSPEITA TEM PROGRAMAS DE FUGA AO FISCO DESDE 2006

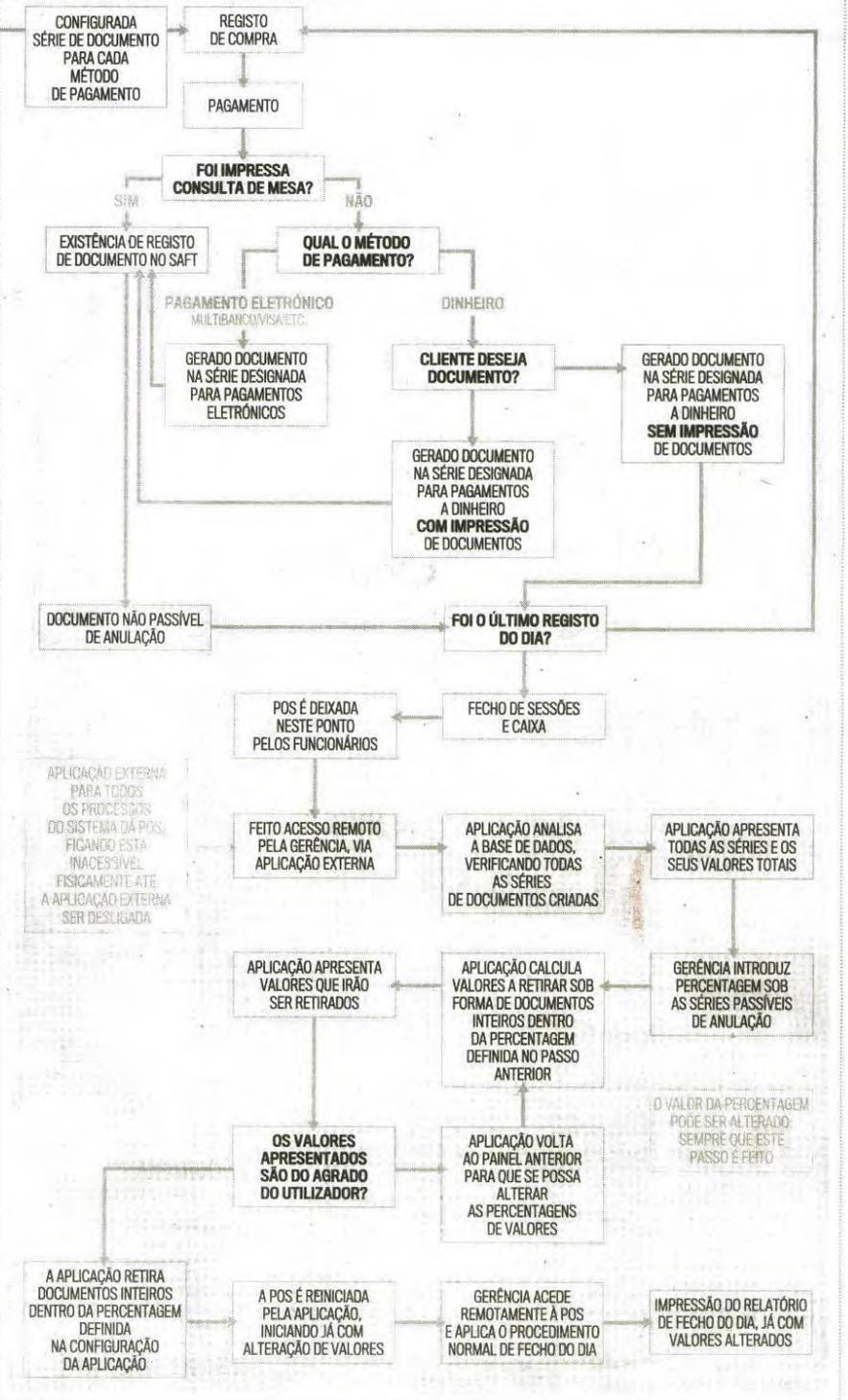
MINISTÉRIO PÚBLICO CONFIRMA INQUÉRITOS ABERTOS POR FRAUDE

PROGRAMA APAGA BLOCOS DE FATURAS SEM DEIXAR VESTÍGIOS

dos e custavam entre oito mil e dez mil euros por ano. No entanto, a lei voltou a mudar e o cerco foi apertado: passaram a ser só permitidos programas inteiramente certificados.

Foi então que uma empresa criou um programa mais evoluído que, apesar de certificado, permite a fuga aos impostos. Ao configurar-se a percentagem que o estabelecimento pretende omitir, o programa corta automaticamente na faturação. No final do dia, as faturas voltam a ser impressas. A título de exemplo, uma tosta que custa seis euros a um cliente, que pagou em dinheiro e não exigiu fatura com número de contribuinte, no fecho das contas surge como tendo custado três euros. O valor

ATUAL ESQUEMA DE EVASÃO FISCAL





suspeita

dos produtos vendidos é recalculado e reduzido. Peritos que estudaram o programa em causa explicam que “dificilmente alguém conseguia aceder aos dados, pois estavam numa base de dados encriptada”. Mas, em

MUITOS COMERCIANTES CHEGAM A DESVIAR ATÉ 70% DA FATURAÇÃO

julho de 2015, o programa foi denunciado às autoridades e, três meses depois, a empresa que concebeu o software enviou um comunicado aos clientes a dar conta de um problema e da necessidade de atualização.

A fuga continua, mas agora é feita fora do computador que

está no estabelecimento. O programa instalado no espaço comercial cria séries de faturas: uma com contribuinte e pagamento em multibanco, outra sem contribuinte e com pagamento em multibanco e outra ainda sem contribuinte e sem pagamentos em multibanco. É nesta última que o programa pode atuar. No final do dia, o proprietário acede, em qualquer parte do Mundo, ao programa, determina a percentagem de faturação a eliminar e o sistema apaga blocos de faturas. Fonte conhecedora do processo garantiu ao **Correio da Manhã** que, apesar dos avisos aos comerciantes para serem comedidos na ‘omissão’, muitos chegam a desviar até 70% da faturação. ●



Autoridade Tributária, Ministério Público e Polícia Judiciária trabalham em conjunto no combate à evasão fiscal



DOSSIÊ DE INVESTIGAÇÃO FUGA AO FISCO

FINANÇAS COMBATEM SOFTWARE ILEGAL



Inspetores da Autoridade Tributária visitaram estabelecimentos por todo o País em operação desencadeada em 2013, que levou à referenciação de infratores

'Inspetor oculto' foi a base de participação ao DCIAP

INÍCIO ◊ Homens da Autoridade Tributária não identificados recolheram milhares de faturas sem contribuinte em 2013.
COOPERAÇÃO ◊ Ministério Público e Judiciária reuniram-se com especialista informático autor de um programa pirata.

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Em 2013, centenas de inspetores tributários visitaram milhares de cafés, restaurantes, salões de cabeleireiro e ourivesarias. Sem se identificarem, fizeram um levantamento exaustivo de como era feita a contabilidade daqueles estabelecimentos comerciais. Recolheram milhares de faturas, com e sem número de contribuinte, e sinalizaram todos os restaurantes que nem sequer faziam a sacramental pergunta: "Deseja fatura?"

Este trabalho de campo, que foi realizado sob a capa do 'inspetor oculto' durou cerca de seis meses e foi fundamental na preparação e lançamento da Operação Fatura Suspensa, que, em abril de 2014, colocou

na rua mais de 550 efetivos, entre homens do Fisco e agentes das várias forças policiais.

Equipas especializadas

Com os alvos previamente identificados através da figura do 'inspetor oculto', foi fácil às

MILHARES DE SERVIÇOS DE MESA SEM NIF FORAM REFERENCIADOS

ARREPENDIDO CONTOU COMO ELIMINAVAM FATURAS NO FIM DO DIA

178 ESTABELECIDAMENTOS FORAM VISITADOS E 102 LICENÇAS APREENDIDAS

diversas equipas especializadas da Autoridade Tributária (AT) irem diretamente aos principais infratores. Foram visitados 178 estabelecimentos e apreendidas 102 licenças de utilização de programas de faturação. Foram igualmente apreendidos vários ficheiros de exportação de dados para o Fisco, bem como computadores e sistemas de registo paralelo de contabilidade. Na altura foram instaurados 128 autos de notícia e constituídos 108 arguidos.

A AT, o Ministério Público (MP) e a Polícia Judiciária confrontaram-se, então, com uma realidade que já sabiam que existia mas com um grau de sofisticação que surpreendeu. Só com a participação crime feita ao Departamento Central de In-

PORMENORES

Falsificação informática

O Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) diz que a falsificação informática de dados pode ser tratada como crime ou como contraordenação.

3,1 milhões de euros

Na Operação Fatura Suspensa o Estado contava arrecadar, em colimas aplicadas, um valor máximo que foi estimado em 3,1 milhões de euros.

Relatórios alterados

O software ilegal tem a capacidade de reimprimir os relatórios de fecho de contas diários dos restaurantes com toda a alteração de valores.

vestigação e Ação Penal (DCIAP) contra uma das principais empresas do setor foi possível começar a entrar no esquema da falsificação de dados informáticos.

No seguimento da investigação, os homens da AT, da PJ e os procuradores do MP participaram em sessões em que um 'arrependido' expôs o funcionamento de vários programas informáticos que alteravam a faturação antes de ela ser comunicada mensalmente às Finanças. Nessas sessões foi revelado como é que os programas informáticos utilizavam um ficheiro que acumulava todos os documentos passíveis de anulação, que permitiam reduzir substancialmente a faturação final do negócio. ●

SECRETÁRIA-GERAL DA AHRESP

“Desconhecemos a investigação”

ANA JACINTO ◉ Dirigente da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares repudia a acusação de que 25 por cento foge ao Fisco.

SÓNIA TRIGUEIRÃO

A Associação que representa o setor da restauração diz que aumento da taxa de IVA contribuiu para situação grave de crise no setor.

CM – Como avalia a situação atual do setor?

Ana Jacinto – O setor da restauração e bebidas, bem como o alojamento e hotelaria, atravessaram, nos últimos quatro anos, uma crise económica e financeira de extrema gravidade, com consequências graves para todo o tecido empresarial, para o turismo e para a economia portuguesa. Em todo este cenário de crise económica e financeira não é alheio o aumento, a 1 de janeiro de 2012, do IVA dos Serviços de Alimentação e Bebidas para a taxa máxima (23%). Esta conjuntura de crise económica e financeira, com um brutal agravamento fiscal, refletiu-se em desgaste das empresas e na destruição de emprego.

– Mas a situação, entretanto, inverteu-se e o setor atravessa uma fase de estabilização e até de crescimento.

– É um facto que o turismo, na sua globalidade, tem vindo a registar crescimentos. No entanto, apesar desta ‘euforia’ que paira sobre o setor, as empresas ainda se encontram débeis, com fragilidades a vários níveis.

– Como comenta o facto de haver estabelecimentos a utilizarem programas informáticos que permitem a fuga ao Fisco?

– Qualquer software que per-



Ana Jacinto é a secretária-geral da Associação da Hotelaria

“UM SOFTWARE QUE PERMITA A FUGA AO FISCO NÃO PODE ESTAR A OPERAR NO MERCADO”

“EMPRESAS AINDA SE ENCONTRAM DÉBEIS, COM FRAGILIDADES A VÁRIOS NÍVEIS”

“NOVA DINÂMICA NO SETOR”

◉ CM – A descida da taxa do IVA vai ajudar?

– Desde outubro 2011, em plena negociação do Orçamento do Estado para 2012, onde surgiu a proposta do aumento do IVA, que a AHRESP alertou, através de vários meios,

mita a fuga ao Fisco não pode estar a operar no mercado, sendo da inteira responsabilidade da Autoridade Tributária a certificação dos mesmos. Não conhecemos e repudiamos a afirmação de que 25% do setor foge ao Fisco, pelo que não comentamos. Relativamente ao programa que diz estar em investigação, desconhecemos por completo qualquer investigação sobre o mesmo, bem como restaurantes que o utilizem. ◉

que este aumento de carga fiscal iria provocar danos gravíssimos nas nossas empresas. Sem qualquer dúvida que a reposição da taxa do IVA é das principais medidas que permitirão criar toda uma nova dinâmica no nosso setor. ◉

SERVIDORES EM PARAÍSO FISCAIS

◉ A investigação, que ainda decorre, procura apurar se os servidores que alojam os programas de falsificação de faturas se encontram alojados em países estrangeiros, que são paraísos fiscais e que escondem o nome dos reais titulares daquelas empresas. ◉



Computadores fora do País

RECOMPOSIÇÃO FÍSICA DE FATURAS

◉ Os programas são tão sofisticados que conseguem alterar a fatura até fisicamente, trocando uma refeição de marisco, regada a champanhe, por um jantar vulgar composto por um bitoque acompanhado de uma cerveja. ◉

BANCOS COMUNICAM OS PAGAMENTOS

◉ Quando uma refeição é paga com cartão (de crédito ou débito), o banco emissor tem de comunicar às Finanças, através da entrega do Modelo 60, onde se discriminam todas as transações realizadas com aqueles meios de pagamento. ◉

Mais de 338 mil euros em multas em três anos

◉ Entre 2013 e 2015, a Autoridade Tributária fixou 955 coimas por utilização de programas não certificados, num total de 338 mil euros. De acordo com a AT, em 2013 foram aplicadas 272 coimas, que somaram 136 mil euros, e em 2014 foram 234, com um total de 98 mil euros. Já em 2015 registaram-se 449 coimas. O valor superou os 103 mil euros. ◉



Restaurantes querem menos IVA

NOTA EDITORIAL

A fuga ao sócio maioritário

A fuga aos impostos é um crime que deveria ser socialmente mais censurado. Cada milhão de evasão num negócio é sempre compensado por agravamento fiscal para os contribuintes que não podem fugir, particularmente os trabalhadores por conta de outrem e os pensionistas.

No entanto, a gula do Estado, ineficiente e que cada vez precisa de mais impostos, está a provocar situações de verdadeira fadiga, que naturalmente incentiva esquemas alternativos para fintar a máquina tributária.

Qualquer proprietário de um café, mesmo que seja detentor de 100% das quotas, tem um sócio maioritário, o Fisco, a quem tem de entregar a parte de leão

QUALQUER PROPRIETÁRIO DE CAFÉ TEM UM SÓCIO MAIORITÁRIO: O FISCO

do dinheiro gerado pelo seu trabalho. Além dos impostos, diretos e indiretos, há ainda diversas taxas e taxinhas, que oneram estes negócios.

Provavelmente, uma elevada percentagem destes negócios só se mantém porque os proprietários não têm alternativa, ou conseguem algum rendimento à custa de maratonas contínuas de trabalho.

A administração tributária é hoje a máquina mais eficaz do Estado. Bem apetrechada, garante uma vigilância apertada sobre a atividade económica. A administração faz o seu trabalho, o problema é a elevada pressão fiscal, que não cessa de aumentar e que trava o investimento. ◉

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRETOR-ADJUNTO



MINISTÉRIO PÚBLICO

Denúncia anónima alertou autoridades para esquema

INQUÉRITO Investigação levou à realização de buscas por todo o País na última semana de janeiro. **AGENTES** Vendedores dos programas informáticos recebiam da empresa produtora um incentivo de 50 por cento por cada negócio fechado.

SÓNIA TRIGUEIRÃO

São oito os agentes de venda de programas informáticos para o setor da restauração e similares (bares e discotecas incluídos) que estão sob suspeita e que podem ser constituídos arguidos em breve. Em causa estão investigações que já resultaram em buscas, realizadas por inspetores da Autoridade Tributária (AT) e por elementos da Polícia Judiciária (PJ) e do Ministério Público (MP), na última semana de janeiro, por venda e instalação de programas informáticos que permitem a fuga ao Fisco.

Ao que o CM sabe, estes agentes, em cumplicidade com empresas produtoras de software, recebiam cerca de 50% do valor de cada negócio. Um incentivo

OTTO AGENTES VENDIAM E INSTALAVAM PROGRAMA DE EVASÃO FISCAL

AUTORIDADES FIZERAM 20 BUSCAS, 19 DAS QUAIS A RESTAURANTES

PROGRAMA CUSTAVA ENTRE OS QUATRO E OS DEZ MIL EUROS POR ANO

dado aos vendedores pela empresa que produziu o software.

A investigação em causa visa precisamente o 'Ferrari' dos programas informáticos de fuga ao Fisco, produzido e comercializado por uma empresa que tem uma das maiores quotas de mercado.

Este programa estava a ser vendido entre os quatro e os dez mil euros por ano, dependendo do tamanho do estabelecimento.

Atualmente permitia simplesmente apagar faturas pró-forma, que não têm contribuinte



Procuradoria recebeu uma queixa anónima na plataforma de denúncias

do cliente e que não foram pagas por multibanco, desviando vários milhares de euros por dia.

De acordo com fonte da Procuradoria-Geral da República (PGR), uma queixa anónima recebida através da plataforma de denúncias originou um inquérito no Ministério Público, no DCIAP, que levou à realização de várias buscas, numa operação denominada Gourmet. Foram alvo de buscas 20 locais, sendo 19 restaurantes: três em Aveiro, um em Oliveira de Azeitões, dois em Quarteira, um em Lagos, três em Lisboa, um em Vila Nova de Gaia, um no Porto, dois em Matosinhos, um em Gondomar e outro na Maia. Juntam-se a estes mais um restaurante na Costa da Caparica, outro em Azeitões e outro em Al-

PORMENORES

Três mil funcionários

Em fevereiro de 2015, foram cerca de três mil os funcionários da Autoridade Tributária (AT) que fizeram um "controlo rigoroso dos inventários" de dez mil empresas onde foram detetados, no final de 2014, indícios de evasão fiscal.

Orçamento do Estado

O Orçamento do Estado para 2015 passou a obrigar os sujeitos passivos com volume de negócios superior a 100 mil euros a comunicar eletronicamente à AT a inventariação das mercadorias em armazém, com discriminação obrigatória das respetivas quantidades.

mada. A maioria são churrasqueiras, cervejarias e marisqueiras. Quase todos estabelecimentos de elevada faturação diária e com muita afluência de turistas, que raramente ou quase nunca pedem fatura. Mas há também pizzarias e até um restaurante mexicano. Ao que o CM também apurou, dois restaurantes, no Algarve, escaparam às buscas das autoridades porque estavam fechados no dia em que se realizou a operação.

Além dos restaurantes, foram alvo de buscas a sede da empresa que produz o programa, na Póvoa de Varzim, e a filial da mesma, em Lisboa. Durante as buscas, as autoridades apreenderam diverso material informático e fizeram cópias dos ficheiros. ●

Cervejaria mantém prática depois de ter sido fiscalizada

O CM foi a uma cervejarias alvo de buscas que continua a fugir ao Fisco. A numeração da fatura pró-forma é 16POIRT/37, mas a fatura simplificada tem uma referência diferente: 16CXIRT/1027. Nesta fatura, verifica-se que a série é alterada de "POI" para "CXI" e que o documento de referência, que deveria ser 16POIRT/37, é substituído por 16CXIRT/2507. Se pagarmos em dinheiro e não pedirmos fatura com contribuinte, as pró-formas podem ser eliminadas. ●

Qt	Descrição	P. Unit.	Valor
1,00	Alcochete ao Natu	€ 3,51	€ 3,51 NOR
3,00	Agua Sanica Gin	€ 1,20	€ 3,60 NOR
1,00	Agua c/Gas	€ 0,50	€ 0,50 NOR
4,00	Cafe	€ 0,95	€ 3,80 NOR
4,00	Carne Lombo	€ 40,80	€ 163,20 NOR
2,00	Dose Pao c/ Man	€ 2,70	€ 5,40 NOR
2,00	Dobas a la Agu	€ 10,85	€ 21,70 NOR
2,00	Seven UP	€ 1,20	€ 2,40 NOR
2,00	Tulipa	€ 1,74	€ 3,48 NOR
Total 11q.			€ 61,11

Qt	Descrição	P. Unit.	Valor
1,00	Alcochete ao Natu	€ 3,51	€ 3,51 NOR
3,00	Agua Sanica Gin	€ 1,20	€ 3,60 NOR
1,00	Agua c/Gas	€ 0,50	€ 0,50 NOR
4,00	Cafe	€ 0,95	€ 3,80 NOR
4,00	Carne Lombo	€ 40,80	€ 163,20 NOR
2,00	Dose Pao c/ Man	€ 2,70	€ 5,40 NOR
2,00	Dobas a la Agu	€ 10,85	€ 21,70 NOR
2,00	Seven UP	€ 1,20	€ 2,40 NOR
2,00	Tulipa	€ 1,74	€ 3,48 NOR
Total 11q.			€ 61,11

1 Fatura pró-forma que não tem qualquer validade em sede fiscal

2 Documento final simplificado sem contribuinte



BENEFÍCIO CONTRA A EVASÃO FISCAL

Receita do IVA triplicou com faturas

E-FATURA Programa, em vigor desde 2013, veio diminuir substancialmente a fuga ao Fisco.

REFRIGERANTES E VINHO CONTINUAM A 23%

Os vinhos, refrigerantes e águas com gás mantêm-se com o IVA a 23 por cento, segundo a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2016, entregue pelo Governo, há uma semana, no Parlamento. Já a redução do IVA na restauração, de 23 para 13 por cento, deverá ser efetivada a partir de julho. ●

INQUÉRITO REVELA REDUÇÃO DE EMPREGOS

Um estudo intitulado 'Inquérito ao Emprego', realizado pela AHRESP em 2012, revelou que, com o aumento do IVA de 13 para 23 por cento nesse ano, os proprietários dos estabelecimentos de restauração decidiram reduzir o número de postos de trabalho: a redução foi de 7,3 por cento. ●



Campos e Cunha, ex-ministro

EX-MINISTRO CRITICA DESCIDA NA TAXA DE IVA

Campos e Cunha, ex-ministro das Finanças no primeiro governo de Sócrates, critica a descida do IVA na restauração. "Ninguém vai tirar 50 cêntimos a um almoço de 12 euros", afirmou, considerando que ao fim destes anos o setor já tinha encontrado o equilíbrio. ●

Desde que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013, o programa E-Fatura, que permite um benefício fiscal de IVA em IRS (até ao montante máximo de 250 euros), tem sido um dos instrumentos mais utilizados pela Administração Fiscal no combate à evasão. Especialmente desenhado para se aplicar ao setor da restauração, o programa permitiu alavancar a receita do IVA, que passou de 250 milhões de euros em 2011 para mais de 750 milhões no ano passado.

Para se ter uma ideia da eficácia do E-Fatura, basta dizer que, de janeiro a novembro de 2015, foram submetidas no Portal das Finanças mais de 4,7 mil milhões de faturas, das quais 467 milhões deram origem a benefícios fiscais. Dessas, 32 milhões eram de restaurantes.

Atenção redobrada ao inventário

Desenvolvida numa fase posterior, mas sempre em ligação com o programa E-Fatura, a fiscalização sobre os inventários veio complementar o cruzamento de dados que faltava à Administração Tributária. A identificação de restaurantes com grandes volumes de stocks e uma fraca faturação veio revelar, em muitos casos, disparidades injustificáveis em termos do negócio da restauração.

O último instrumento a que o Fisco lançou mão para fechar o cerco à evasão fiscal nos restaurantes foi a comunicação obrigatória, por parte dos bancos, de todos os pagamentos feitos com cartão de crédito ou débito (Modelo 60).

Com todos estes mecanismos a funcionar em simultâneo, os



FRANCISCO RODRIGUES

Descida do IVA na restauração vai custar ao Estado 175 milhões de euros

250 MILHÕES COBRADOS EM 2011 PASSAM PARA OS 750 MILHÕES EM 2015

PEDIR FATURA E PAGAR COM CARTÃO TORNAM IMPOSSÍVEL FUGA FISCAL

BANCOS PASSARAM A COMUNICAR PAGAMENTOS COM CARTÃO DE CRÉDITO

homens do Fisco garantem que, exigindo uma fatura com número de contribuinte e realizando o pagamento da refeição através de cartão de crédito/débito, é virtualmente impossível ao restaurante estabelecer uma contabilidade para-

lela, mesmo com a utilização de sofisticados programas informáticos.

O novo governo quer diminuir a taxa do IVA aplicada à comida na restauração. Abdicando de uma receita de 175 milhões de euros, António Costa insiste no cumprimento de uma promessa eleitoral e justifica a escolha com a possibilidade daquele desagravamento criar emprego, em particular entre a população com menos qualificações.

O IVA nas bebidas mantém-se nos 23% e os fiscalistas já alertaram para a confusão criada, que poderá ser uma porta de entrada para novas soluções fraudulentas em termos de faturação. A separação da tributação de comidas e bebidas foi sempre uma solução a que a Autoridade Tributária se opôs. ●M.A.G.

SAIBA MAIS

1896

Ano de criação da primeira associação, na cidade de Lisboa, dos estabelecimentos que serviam comidas e bebidas ao público. Nasceu, assim, a Associação de Classe dos Proprietários de Estabelecimentos, denominados Casas de Pasto e de Vinhos de Lisboa. Serviu de incentivo à constituição, em 1911, da Associação de Classe dos Proprietários de Hotéis e de Restaurantes.

29

de dezembro de 2008, com a integração dos Industriais de Hospedagem de Portugal e da Associação de Restaurantes do Algarve, a ARESP passou a designar-se AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

Comida e alojamento

A AHRESP representa, além do setor da restauração e bebidas, também o setor do alojamento, incluindo o turismo em espaço rural, empreendimentos do turismo de habitação e alojamentos locais.

IVA nasceu em 1984

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) foi aprovado pelo decreto-lei número 394/84, de 26 de dezembro, e incide sobre o consumo. Foi introduzido com a finalidade de harmonizar as normas de tributação do consumo no mercado.



DOSSIÊ DE INVESTIGAÇÃO FUGA AO FISCO

AVALIAÇÃO DO SETOR

Alto risco de falência

EMPREGO ➤ Empresas recorrem cada vez mais ao trabalho temporário, sobretudo no verão.
NEGÓCIOS ➤ Desde 2008 fecharam 11 mil empresas e perderam-se 1,2 mil milhões de euros.

SÓNIA TRIGUEIRÃO

Dados da Comissão Europeia revelam que, nos setores da restauração e hotelaria, 60% das empresas estão em alto risco de falência. A estes dados juntam-se mais elementos do Instituto Nacional de Estatística (INE) que mostram que, desde 2008 até ao 3º trimestre de 2015, a restauração e a hotelaria perderam 46 700 postos de trabalho, assim como 11 mil empresas que fecharam - o que representou menos 1,2 mil milhões de euros em volume de negócios.

Estabelecimentos contratam por curtos períodos de tempo

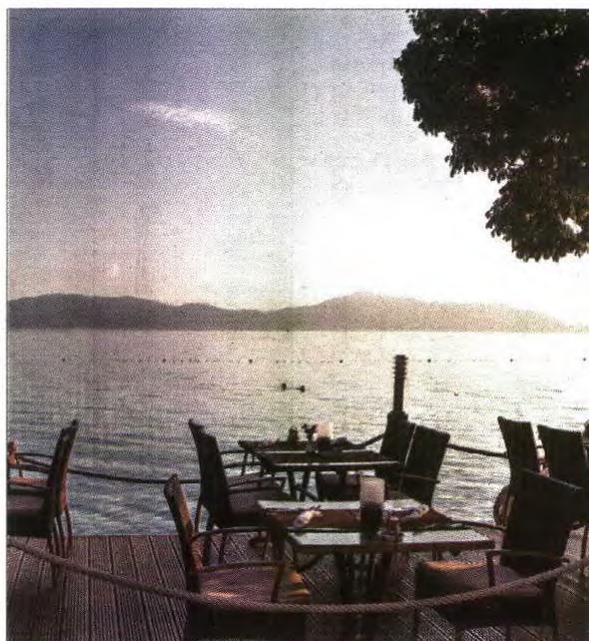
À semelhança da secretária-geral da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), Ana Jacinto, referiu que a autonomia financeira das empresas passou de 0,23, em 2008, para 0,14, em 2014, "provocando graves constrangimentos no acesso ao financia-

mento, seja da Banca ou dos fundos comunitários".

Ana Jacinto admite que o setor do turismo, na sua globalidade, "tem vindo a registar crescimentos nos últimos três anos", mas, acrescenta, "os registos consubstanciam-se à procura, essencialmente internacional".

A nível global, os setores da restauração e bebidas e da hotelaria são responsáveis por 265 mil empregos, representando 77,4% do total dos postos de trabalho do turismo e 7,7% do total nacional. Porém, o setor tem vindo a perder empregos. Recorre a vínculos de trabalho temporários nos picos de procura, sobretudo no período do verão, dispensando-os em períodos de baixa faturação - um comportamento que se evidenciou em 2012 e que se agravou nos últimos dois anos.

lho do turismo e 7,7% do total nacional. Porém, o setor tem vindo a perder empregos. Recorre a vínculos de trabalho temporários nos picos de procura, sobretudo no período do verão, dispensando-os em períodos de baixa faturação - um comportamento que se evidenciou em 2012 e que se agravou nos últimos dois anos.



Hotelaria é um setor que contrata muitos trabalhadores no período do verão

RADIOGRAFIA DO SETOR



NOTAS

671

euros é o valor médio de um ordenado mensal pago aos empregados dos estabelecimentos hoteleiros, restaurantes ou bares, de acordo com os números mais recentes da Pordata.

REFEIÇÕES PRONTAS

Refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio, vão baixar o IVA para 13%.



32,5 MILHÕES

Segundo o e-fatura, entre janeiro e novembro de 2015, foram comunicadas cerca de 4738,3 milhões de faturas. Destas, 32,5 milhões de faturas referem-se a despesas com restaurantes.



FATURAS DIFERENCIADAS
MÁRIO CENTENO DIZ QUE O FISCO TEM CAPACIDADE PARA PROCESSAR FATURAS DE 13% E 23% NA RESTAURAÇÃO.

49,4%

das empresas admitem que, com a redução do IVA para 13% a partir de julho, haverá condições para dar mais emprego.

DOCUMENTOS VÁLIDOS

As faturas para efeito de dedução em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) apenas são válidas se tiverem o Número de Identificação Fiscal (NIF).

BENEFÍCIO NÃO AUMENTA

O IVA da restauração vai descer 10 pontos percentuais, mas o Governo não vai aumentar o benefício para os contribuintes que pedem fatura. Mantém-se os 15% do IVA, que depois são descontados no IRS a pagar.

MAIS DE SEIS MIL AÇÕES



Em 2015, a Autoridade Tributária não poupou esforços para controlar a evasão fiscal. Foram realizadas em restaurantes, bares e discotecas cerca de 6350 ações de fiscalização.

APOSTAR NA FORMAÇÃO

A Associação de Hotelaria e Restauração defendeu a necessidade de as empresas do setor apostarem na valorização dos

recursos humanos e na inovação para aumentarem a produtividade.



COMPRAS COM CARTÃO
JOÃO VIEIRA LOPES (CCP) TEM RECEIO DA TAXA DE 4% APLICADA ÀS COMPRAS COM CARTÃO.

RECAPITALIZAÇÃO

A secretária de Estado do Turismo, Ana Godinho, diz que o Governo está a tentar dinamizar a recapitalização das empresas e que está a ser feito um levantamento dos custos de contexto com vista à sua eliminação.

EMPRESAS COLABORAM

Várias empresas que produzem e vendem programas informáticos já manifestaram interesse em colaborar com a Autoridade Tributária (AT) no sentido de se encontrar uma solução para a evasão fiscal na restauração.

VINHOS E CERVEJAS

De acordo com o Orçamento do Estado para 2016, as bebidas espirituosas, vinhos, cervejas e refrigerantes vendidos em restaurantes mantêm a taxa de IVA nos 23%.



MENOS ALTERAÇÕES

Restaurantes e hotéis querem menos alterações legislativas. As constantes alterações afetam a produtividade, dizem.

CISION



ID: 63116660

13-02-2016

Tiragem: 149073

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 25,70 x 1,75 cm²

Corte: 9 de 9



DOSSIÊ PÁGS. 25 A 32
DE INVESTIGAÇÃO

SISTEMA INFORMÁTICO PERMITE FUGA AO FISCO DOS RESTAURANTES